

## **CULTURA AMBIENTAL NO TERRITÓRIO CAIPIRA: HISTÓRIA E SABERES TRADICIONAIS DAS MULHERES DO NOROESTE PAULISTA**

*Prof. Dr. Fábio Fernandes Villela<sup>1</sup>*

**Resumo:** O texto apresenta o projeto de ensino-pesquisa-extensão intitulado: “Cultura ambiental no território caipira: história e saberes tradicionais das mulheres do noroeste paulista”. O projeto tem por objetivo trabalhar com a cultura ambiental do noroeste paulista – SP, do ponto de vista do seu desenvolvimento sustentável. Tem como objeto o “território caipira”, construção social e identidade cultural do noroeste paulista – SP. Possui como objetivos gerais a compreensão da história e dos saberes tradicionais das mulheres do “território caipira” e como objetivos específicos, a educação de jovens e adultos (EJA), especialmente das mulheres do “território caipira”. As razões que justificam este projeto são: a inclusão produtiva das mulheres e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais e as possibilidades de ações para a inclusão produtiva das mulheres do “território caipira”. Por fim, tem como resultados esperados a articulação dos saberes com as diferentes áreas do conhecimento, possibilitando a vivência de novos valores, o desencadeamento de ações coletivas, bem como a elevação de escolaridade associada à qualificação social e profissional, possibilitando novas aprendizagens.

**Palavras-chave:** Cultural Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Agricultura Familiar; Território Rural Noroeste Paulista – SP; Educação de Jovens e Adultos (EJA).

---

<sup>1</sup> Sociólogo, Professor do Departamento de Educação do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – IBILCE, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, e-mail: fvillela@ibilce.unesp.br

## **Introdução**

O texto apresenta o projeto de ensino-pesquisa-extensão intitulado: “Cultura ambiental no território caipira: história e saberes tradicionais das mulheres do noroeste paulista”. O projeto tem por objetivo trabalhar com a cultura ambiental do noroeste paulista – SP, do ponto de vista do seu desenvolvimento sustentável, investigar o “território caipira”, a construção social e a identidade cultural do noroeste paulista – SP. Possui como objetivos gerais a compreensão da história e dos saberes tradicionais das mulheres do “território caipira” e como objetivos específicos a educação de jovens e adultos (EJA), especialmente das mulheres do “território caipira”. O texto está organizado da seguinte maneira: (1) Cultura ambiental; (2) Desenvolvimento sustentável; (3) Território noroeste paulista – SP; (4) Território caipira: construção social e identidade cultural do noroeste paulista; (5) História e saberes tradicionais das mulheres no território caipira; (6) Educação de jovens e adultos (EJA) no território caipira; (7) Considerações finais; e (8) Referências.

### **1. Cultura ambiental**

Nas últimas três décadas do século XX, o debate sobre o meio-ambiente atingiu um elevado patamar devido ao aporte teórico-metodológico de pesquisadores que se esforçaram por demonstrar o impacto dos problemas ambientais na saúde do ser humano e na manutenção da vida no planeta Terra. Autores, de diversas perspectivas, caracterizaram a dinâmica do sistema contemporâneo da seguinte maneira: “terricídio” (Marcuse, 1973), “não verás país nenhum” (Brandão, 1981), “a grande pobre Mãe Terra” (Boff, 1993), “progresso destrutivo” (Löwy, 2005), “metabolismo socioecológico” (Clark e Foster, 2010), etc. Tais autores apontam para a tendência ilimitada da produção pela produção e a contradição entre o caráter limitado dos recursos da Terra e a disposição de se levar as relações capitalistas para os quatro cantos do planeta.

Essa experimentação dos “limites absolutos do capital” (Mészáros, 2002), tem um impacto gigantesco sobre o meio ambiente, incrementando, na esfera social, a desigualdade entre as classes, a pobreza extrema, a falta de acesso a serviços de saúde e de educação e, na esfera ambiental, a poluição do ar, água e da terra, as chuvas ácidas, o aquecimento global e as mudanças climáticas, entre outros problemas ambientais.

Diante do problema da sobrevivência humana em escala planetária, se estabelece o desafio de repensar novas relações de produção, discutir temas relacionados à ecologia, agroecologia, cooperação agrícola, etc., como forma de resistência e construção de uma nova realidade societária. (Cf. Foster, 2005). Nessa perspectiva, a experiência dos assentamentos de reforma agrária adquire cada dia maior importância, especialmente no estado de São Paulo, pois trata-se de um espaço para onde convergem diversos fatores, tais como: conhecimentos populares, hábitos, usos e costumes que distinguem determinada comunidade.

Trata-se de um patrimônio material e imaterial acumulado e que, com o passar do tempo, poderá auxiliar no desenvolvimento de novas experiências de “agricultura

familiar”. A preservação dessas tradições poderá manter-se ou desaparecer em função das políticas aplicadas. O grande desafio é elaborar estratégias de preservação dessas tradições, através do estudo da “cultura ambiental” dos territórios.

Este trabalho fundamenta-se na necessidade de compreender a “cultura ambiental” dos indivíduos e grupos comunitários do noroeste paulista – SP possibilidade de desenvolvimento sustentável (Cf. Noroeste, 2014). As relações entre homem-sociedade-natureza condicionam e são condicionados pela “cultura ambiental”, da qual se deve partir para compreender a consciência dos indivíduos e grupos comunitários. As mudanças de atitudes só podem ser alcançadas com uma cuidadosa investigação da “cultura ambiental” das comunidades, alicerçada em uma estratégia formativa ambientalista.

O conceito de “cultura ambiental”, é retomado a partir de Irizarri (2010), dentre outros autores. Para o autor, “cultura ambiental” é um “sistema de conhecimento, experiências, motivações, valores, atitudes relativas ao meio ambiente”. No conceito de “cultura ambiental” estão implícitas, crenças e ideias que se convertem em forma regular de pensamento e de ação prática na atividade social. Nesse conceito estão intrinsecamente ligadas as formas de consciência social: a política, a ética, a religião, a estética, a jurídica, a filosófica e a científica. Segundo Irizarri (2010), para desenvolver a “cultura ambiental”, deve-se partir da formação de uma profunda consciência nos indivíduos e grupos comunitários e se chegar à “consciência ambiental”.

Um dos primeiros intelectuais a desenvolver o conceito de “cultura ambiental” foi Fernando Salinas (1930-1992). As ideias desse pedagogo foram pesquisadas em nosso trabalho de pós-doutorado (Cf. Villela, 2009-2010). O autor define “cultura ambiental” como a “máxima representação física dos avanços sociais e econômicos de um país em vias de desenvolvimento”, onde estão relacionadas tradições populares, participação e conhecimento profissional. Segundo o autor,

*El ambiente es la unidad de la sociedad, el individuo y el entorno. La vida se desarrolla en un sistema ambiental que abarca el pasado, el presente y el futuro a través del recuerdo, la realidad y la imaginación. La cultura ambiental es una síntesis de las condiciones del medio natural y el paisaje diseñado, los conjuntos urbanos y espacios de uso público, calles, plazas y parques; las edificaciones de usos diferentes; el mobiliario, equipamiento, vestuario, la cultura corporal en todos sus aspectos; la gastronomía, los objetos de uso y contemplación -utilitarios o decorativos-, las obras sonoras, la pintura, la escultura, el diseño gráfico, el diseño industrial o artesanal, el conjunto cromático, la fotografía y la tipografía, que se encuentran en los espacios de vida diaria y cuyas imágenes visuales o audiovisuales se distribuyen por la televisión, el cine, el video o las publicaciones; en todas sus relaciones entre sí y con quienes las experimentan en un momento de la historia y en un medio social, económico, político, ecológico y cultural específico [...]. (SALINAS, 1988, apud PÉREZ-RUBIO, 1994, p. 237-238).*

Do final do século XX ao limiar do XXI, o conceito de “cultura ambiental” vem sendo desenvolvido por diversos pesquisadores, dentre eles: Salinas (1988 e 1992), Cárdenas (2002), Pérez-Rubio (1994 e 2003), Cruz (2002), Quesada (2002), Cruz, Romero e Hernández (2007) e Bery (2009), entre outros. Das concepções analisadas,

destaco a definição de Quesada (2002), onde a cultura ambiental abarca a totalidade do modo de vida dos membros de uma sociedade e expressa a complexa rede de relações que se estabelecem entre a sociedade e seu ambiente. Quesada (2002) define “cultura ambiental” da seguinte maneira:

*Proceso dialéctico que refleja la calidad de vida de las comunidades, el grado y expresión de dominio de los comunitarios de sus condiciones de existencia que se manifiesta a través de los símbolos, los significados heredados, vivenciadas y creadas por los sujetos en la iteración y relación con otros comunitarios en su medio ambiente natural y social.* (QUESADA, 2002, p. 24).

Conforme demonstra Bery (2009), a “cultura ambiental” faz parte da cultura geral integral da população, seu objetivo é alcançar a harmonia nas relações homem-sociedade-natureza e contribuir para o desenvolvimento pleno das potencialidades do homem e o seu enriquecimento como ser social, conseqüentemente da elevação da sua qualidade de vida. O conceito de “cultura ambiental” tem uma enorme importância já que contribui para a formação de uma concepção de mundo na qual o indivíduo analisa de modo profundo, real e na sua integralidade, os complexos processos, os acontecimentos e fenômenos que têm lugar no infinito mundo material e a interação entre eles. Conseqüentemente, o ser humano consegue avaliar o alcance e as conseqüências da sua atividade transformadora sobre o ambiente, não só para a presente geração, mas também para as futuras.

Ainda segundo Bery (2009), a ideia de “cultura ambiental” reflete o modelo ético das relações entre o homem e o resto dos componentes do ambiente do qual faz parte indissolúvel, entre comunidade e seu entorno, através da cultura. A “cultura do ambiente” permite estabelecer relações positivas de convivência social com a paisagem natural, indispensável para o sucesso da sustentabilidade ecológica e que assegura a permanência e desenvolvimento da vida em nosso planeta.

Em resumo, para os autores citados, a missão da cultura na área ambiental está associada ao desenvolvimento humano e tem por objetivo construir uma nova e definitiva responsabilidade social e individual para a sustentabilidade humana. A cultura deve potencializar uma ética de sustentabilidade “desde”, “com” e “para” a comunidade, onde a relação com o resto dos componentes do ambiente resulta imprescindível.

## **2. Desenvolvimento sustentável**

A ideia é trabalhar a “cultural ambiental”, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Para tal finalidade, é necessário problematizar alguns conceitos. Conforme nos mostra Flores (2006), o termo “sustentável” vem sendo utilizado de diferentes formas a partir da segunda metade do século XX. Segundo o autor, o conceito foi incorporado inicialmente dentro de uma perspectiva capitalista denominada “capitalismo ecológico”. Nessa perspectiva, introduziu-se novos padrões tecnológicos para atenuar os efeitos negativos sobre o meio ambiente, causados pelas ações produtivas, sem que se promovessem alterações na lógica capitalista de acumulação. Numa perspectiva oposta, segundo Flores (2006), foi utilizado o conceito de “desenvolvimento sustentável”, buscando-se a “formação de uma solidariedade econômica territorial”. Como afirma Flores (2006),

Seria possível a construção de processos de desenvolvimento territorial, baseados na cooperação dentro do próprio território, ou intraterritorial, onde a renda territorial fosse distribuída a partir da ética da cooperação. A renda territorial significaria uma renda originária de um processo de cooperação, beneficiando generalizadamente os atores locais participantes de uma rede de cooperação. Os atores locais seriam beneficiários de estratégias de valorização do conjunto do território e dos produtos e serviços ali produzidos, em torno de uma mesma construção cognitiva em escala territorial (FLORES, 2006, p. 13).

A ideia de “desenvolvimento sustentável” aplicada a este trabalho partilha dessa perspectiva de “solidariedade econômica territorial”. Conforme propõe Flores (2006), o processo de desenvolvimento sustentável do território estaria alicerçado na melhor gestão possível do socioambiente, em nosso caso, da “cultura ambiental” da região noroeste paulista – SP.

### **3. Território noroeste paulista - SP**

O conceito de “território” do qual nos apropriamos é o proposto por Fernandes (2012, p. 746-750). O autor afirma que o conceito é fundamental para pensar os “territórios”, que são, ao mesmo tempo, frações desse território da nação ou unidades que possuem características próprias, resultantes das diferentes relações sociais que os produzem. Desse ponto de vista, podemos analisar diferentes tipos de territórios que estão em confronto permanente, porque são espaços em que essas relações sociais se realizam. Segundo Fernandes (2012, p. 746),

O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. Esse território é predominantemente a gropecuário, e contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos principalmente pelas populações urbanas. O território camponês entendido como fração ou como unidade é o sítio, o lote, a propriedade familiar ou comunitária, assim como também é a comunidade, o assentamento, um município onde predominam as comunidades camponesas (FERNANDES, 2012, p. 746).

Conforme nos mostra Fernandes (2012), o território pode ser analisado como uma unidade econômica, ao estudar a sua organização a partir da lógica do trabalho familiar (desde uma referência absoluta, como lugar da unidade familiar, até uma referência relativa, como uma região). Segundo o autor, pode-se falar em “territórios camponeses” de várias escalas, como o Nordeste, o maior território camponês do país, considerando que na região se concentra o maior número de famílias camponesas do Brasil. Dentro dessa perspectiva, trabalhamos com a ideia de território da região noroeste do estado de São Paulo, o qual designamos de “território caipira”, conforme veremos a seguir.

#### **4. Território caipira: construção social e identidade cultural do noroeste paulista**

Neste trabalho optamos por uma abordagem que associa aspectos da geografia humanística e da geografia crítica, tendo em vista as questões acima elaboradas. A partir dessa perspectiva adotamos como categoria central a noção de “território”, procurando articular outras questões: a história e os saberes tradicionais, mulheres e educação de jovens e adultos. Retomando a questão, do ponto de vista da construção social e da identidade cultural, segundo Haesbaert e Limonad (2007), um território “é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico”.

As relações de poder concreto ou simbólico, conforme Haesbaert (2005), vinculam-se a processos, respectivamente, de domínio e de apropriação, segundo os sujeitos que constroem os territórios e as razões de controle social do espaço. Como referência extrema, no primeiro caso, o território assumirá um caráter mais funcional, como recurso, onde predominam processos de dominação; no outro, valor simbólico, mais evidente aos processos de apropriação. O autor enfatiza que “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’ ” (HAESBAERT, 2005).

Um segundo conceito é o de “territorialidade”. Segundo Haesbaert (2004), a territorialidade incorpora tanto uma dimensão estritamente política quanto relações econômicas e culturais, pois está diretamente relacionada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como se organizam no espaço e como dão significado ao lugar. Ao longo do tempo, quatro grandes objetivos da “territorialização” foram acumulados e distintamente valorizados: (1) abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; (2) identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais; (3) disciplinarização ou controle através do espaço; (4) construção e controle de conexões e redes.

Segundo Claval (2002), o conceito de “territorialidade” está ligado às identidades individuais e coletivas fortemente vinculadas ao desenvolvimento de uma “consciência territorial”. Essa consciência se elabora em direção à vontade de reconhecer-se como indivíduo ou como uma coletividade, isto é, de chegar ao âmago da sua identidade através da autonomia e da sociabilidade. A dimensão da “consciência territorial” de determinado território, segundo nosso ponto de vista, pode ser analisada e compreendida por meio dos “saberes tradicionais”, já que ela é uma das formas pela qual se expressam as diferentes culturas.

O conceito de cultura, segundo Laraia (2005), está relacionado aos diferentes sistemas de padrões de comportamento socialmente transmitidos e, portanto, aos diferentes modos de vida, incluindo-se as tecnologias, a forma de organização econômica, o tipo de agrupamento social, as crenças, as práticas religiosas etc. De uma determinada cultura resulta um modo particular de ver o mundo, comportamentos sociais e apreciações de ordem moral e valorativa. A cultura, contudo, não é estática e as mudanças podem ocorrer lentamente, de forma imperceptível, ao longo de séculos, em função da dinâmica própria do sistema cultural, ou podem ser mais bruscas e rápidas, como resultado da assimilação de padrões de outros sistemas culturais.

A cultura, segundo Claval (1999), designa o conjunto de saber-fazer, de práticas, de conhecimentos, de atitudes e de ideias que cada indivíduo recebe, interioriza, modifica ou elabora no decorrer de sua existência. De uma geração a outra, os conteúdos mudam, transforma-se o meio físico e a atmosfera social; em cada família, tradições e interesses diferem. Os indivíduos constroem-se a partir de modelos sociais por eles aceitos, imitados ou rejeitados. Ao mesmo tempo, a cultura é legado do passado e realidade do presente, já que, em parte, é herança das gerações anteriores, mantendo a intercomunicação no tempo, mas, também é utilizada para assegurar a comunicação entre as pessoas no presente.

Ainda de acordo com Claval (1999), a cultura é constituída por três componentes: (1) os conhecimentos, técnicas e saber-fazer ambientais que permitem a cada um que se localize no mundo, distinguindo diferentemente os ambientes e acionando os meios necessários para o deslocamento, proteção e nutrição, bem como para a constituição dos utensílios e maquinários que explicitam a sua realidade; (2) os conhecimentos, técnicas e saber-fazer sociais que oferecem aos indivíduos a possibilidade de reconhecer o seu lugar no universo social em que se inserem, de utilizar os códigos de comunicação nele em ação e de compreender as formas de arquitetura social em funcionamento; (3) a esfera de valores que tem por função integrar os dois outros componentes, definindo as opções ambientais e sociais, aceitas ou rejeitadas.

O conceito de “representações sociais” nos auxilia na compreensão da “cultura ambiental” do noroeste paulista - SP. Utilizamos esse conceito que foi desenvolvido em outros trabalhos, p. ex., Costa; Villela (2013) e Villela (2013-2015). Relembrando um antigo estudo de Woortmann (1990), a cultura pode ser compreendida ainda como o “universo de representações” de um grupo, categoria ou sociedade e, ainda, como um sistema no qual diferentes núcleos de representações estão em comunicação uns com os outros formando uma rede de significados; categorias nucleantes agregam conjuntos de significações, os quais, em sua comunicação no “universo de representações”, se articulam e compõem uma totalidade.

Do ponto de vista do “modo de vida” e dos “saberes tradicionais”, Marques (1994) mostra que à medida que o grupo reproduz sua existência com base em um conjunto de relações, cujo processo se dá por meio de práticas sociais reconduzidas na luta cotidiana pela sobrevivência social empreendida pelos componentes do grupo, e o seu estudo deve procurar compreender como os diferentes elementos que o constituem se combinam, bem como a lógica que essa combinação encerra. A tradição não é mais, sob essa perspectiva, somente um fator de conservação, elemento de fixação ou marca do modo de vida, uma vez que valores e referências culturais tradicionais podem ser acionados e revividos para dar sentido ao novo quando este aparece de forma inteligível. A tradição é recriada face ao novo.

Enfim, como demonstra Marques (2004), o “modo de vida tradicional” e seus “saberes” é um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral; que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Esses valores são categorias culturais nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra. Tal característica é definidora de uma ordem que se opõe à ordem econômica da sociedade contemporânea, individualizada e voltada ao mercado. O modo de vida tradicional: (1) se distingue, ainda, por uma sociabilidade territorializada, preferencialmente em escala local informada por um sentimento de pertencimento ao lugar; (2) se constitui a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de

solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade básica a comunidade. A seguir abordamos as possibilidades de se trabalhar com a história e saberes tradicionais das mulheres no território caipira.

## **5. História e saberes tradicionais das mulheres no território caipira**

O objetivo deste trabalho, do ponto de vista da pesquisa, é investigar a história e os saberes tradicionais das mulheres do noroeste paulista - SP. As culturas e os saberes tradicionais, conforme aponta Diegues (1999, p. 15), podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Em numerosas situações, esses saberes são o resultado de uma coevolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação de um equilíbrio entre ambos. Isso conduziu ao interesse pela diversidade cultural, que também está ameaçada pela mundialização de modelos culturais dominantes.

As “comunidades tradicionais” e seus saberes são conceitos explicitados na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), em seu terceiro artigo. “Comunidades tradicionais” são grupos culturalmente diferenciados que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Considerando os diferentes contextos geográficos e as peculiaridades culturais que envolvem essas comunidades, Diegues (1999) listou 16 territórios com populações tradicionais “não indígenas” brasileiras, dentre elas, os “caipiras ou sitiantes”: comunidades, em grande parte de meeiros e parceiros, que sobrevivem em nichos entre as monoculturas do sudeste e do centro-oeste, desenvolvendo atividades agropecuárias em pequenas propriedades, destinadas à subsistência familiar e ao mercado. Diegues (1999, p. 40) distingue as seguintes populações tradicionais não indígenas: caiçaras, caipiras, babaçueiros, jangadeiros, pantaneiros, pastoreio, praieiros, quilombolas, caboclos/ribeirinhos amazônicos, ribeirinhos não amazônicos, varjeiros, sitiantes, pescadores, açorianos, sertanejos/vaqueiros. Diegues (1999, p. 52) caracteriza os caipiras da seguinte forma:

Os caipiras são hoje, em grande parte, sitiantes, meeiros e parceiros que sobrevivem precariamente em nichos entre as monoculturas do Sudeste e Centro-Oeste, em pequenas propriedades em que desenvolvem atividades agrícolas e de pequena pecuária, cuja produção se dirige para a subsistência familiar e para o mercado. (DIEGUES, 1999, p. 52).

O autor indica, em um mapa, a localização aproximada do território dessas populações, salientando que, no caso dos caipiras, restaram somente alguns enclaves onde elas subsistem. Diegues (1999, p. 40) ressalta que: “não existe uma linha muito definida

que separe os territórios dessas populações, ocorrendo mesmo nichos de algumas delas espalhados em áreas fora de suas regiões originais”. A partir dessa peculiaridade cultural, foram selecionadas duas escolas parceiras que se encontram em uma região em que parte dos habitantes se identifica como “caipiras”.

O “Noroeste Paulista” é uma região brasileira do estado de São Paulo. Abrange parte ou toda a mesorregião de São José do Rio Preto e às vezes também costuma-se incluir a mesorregião de Araçatuba e a microrregião de Lins. É formado pela união de 153 municípios distribuídos em doze microrregiões. Possui uma área total de 50.025 quilômetros quadrados, cerca de 20% da área do estado e equivalente à área do estado brasileiro do Rio Grande do Norte. O município mais populoso é São José do Rio Preto, com 460 mil habitantes, seguido por Araçatuba (200 mil), Catanduva (114 mil), Birigui (111 mil), Votuporanga (84 mil), Lins (71 mil) e Fernandópolis (64 mil). Essas informações foram retiradas de Noroeste (2014).

Do ponto de vista das mulheres inseridas nesses territórios, a dura realidade se estende para além dos afazeres domésticos cotidianos (Cf. Dantas, 2013 e 2010). Todos os dias, elas precisam garantir a sobrevivência de sua família. O objetivo geral é compreender as histórias de vida dessas mulheres e seus saberes, procurando colocar em primeiro plano a visão que as mulheres têm do trabalho, do meio ambiente, da família, da sexualidade e de suas relações sociais, inseridas no “território”, em nosso caso o noroeste paulista - SP. Através de um “projeto de trabalho” e, utilizando métodos qualitativos e quantitativos, nos espaços de educação de jovens e adultos (doravante, EJA), estamos conhecendo um pouco mais do cotidiano dessas mulheres. Através dessa proposta, se dará visibilidade à condição humana dessas mulheres e será possível compreender e valorizar o conhecimento, a diversidade cultural e os saberes tradicionais construídos nesse território denominado de “caipira” por Diegues (1999).

A questão principal é desenvolver, nos espaços de EJA, um “projeto de trabalho” (Kaspchak; Gasparin, 2013) sobre a “história e os saberes tradicionais” dessas mulheres. Para Diegues (1999, p. 30), conhecimento tradicional é definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração. Para muitas dessas sociedades, sobretudo para as indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, para estas, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o natural e o social, mas sim um continuum entre ambos.

Um exemplo de “saber tradicional” da “agricultura familiar” está presente nas cozinhas do “território caipira”. A cozinha é um microcosmo da sociedade, fonte inesgotável de saberes históricos, e suas produções podem ser consideradas como “patrimônio gustativo da sociedade”. Conforme demonstra Santos (2011), esses “saberes” permitem destacar as identidades locais e regionais, certos pratos podem ser considerados como bens culturais, como lugares de memória, como patrimônio imaterial. Para o autor, uma síntese sobre as cozinhas brasileiras busca explicar influências de culturas alimentares a partir de duas realidades: a autêntica cultura alimentar local e regional e a cultura alimentar oriunda da civilização externa, influenciadora. Tais contatos e simbioses revelam relações e trocas complexas de diferenças, afirmadas e reafirmadas em fecunda assimilação, que redundam numa certa mestiçagem da comida brasileira.

O “território caipira” é marcado por “uma civilização do milho”, conforme aponta Marins (2004, p. 1-3). Para o autor, na alimentação paulista, a permanência dos saberes dos nativos sempre foi imensa. A origem indígena das mães de grande parte das famílias

pioneiras, bem como a onipresença de escravas vindas dos sertões fazia com que o cozinhar estivesse presente nas casas ou nas caminhadas pelos interiores selvagens, marcado pelo paladar dos nativos. Mandioca e milho dividiram o pódio no cotidiano das famílias do litoral e do sertão. A farinha de mandioca, por exemplo, acompanhava os bandeirantes nas longas caminhadas pelos sertões.

Ainda segundo Marins (2004, p. 2), iguarias de milho apiloado ou macerado nos monjolos, uma marca registrada das populações paulistas, eram marcantes nas vilas do planalto paulista, a ponto de Sérgio Buarque de Holanda denominar a sociedade local de “civilização do milho” (Cf. Holanda, 1995, p. 181-189). Canjicas, curaus e pamonhas são ainda muito presentes na culinária paulista, chegando mesmo a fazer parte das alegorias “caipiras” das festas juninas. O fubá moído, recusado por muitos que o consideravam “comida para cachorro”, acabou também reforçando o uso do cereal a partir do século XIX devido à sua grande popularidade entre os italianos. Conforme revela Holanda (1995, p. 182), no capítulo “Uma civilização do milho”:

[...] ‘Farinha de cachorro’ foi como, já em 1727, lhe chamou o secretário do governador Rodrigo César de Meneses, relatando sua derrota e viagem de São Paulo às minas de Cuiabá. quando enumera os produtos de milho (farinha, canjica, cuscuz, biscoitos, pipocas, catimpuera, aloja (aluá?), aguardente, vinagre etc.), ‘único remédio e regalo’ dessas minas.? E em um papel anônimo de 1747 escrevia-se, do milho seco, que servia para dele se fazer fubá, assim chamado nas minas, em Portugal farinha, e que desse fubá se fabricava ‘o angu para os negros, cozido em um tacho de agoa athê Sequar’. Acrescenta o mesmo depoimento que em nada se diferencia a farinha assim preparada da broa européia, salvo em ser esta cozida ao forno e levar sal.

Quanto aos demais produtos do milho, que, segundo o mesmo anônimo, se consumiam ordinariamente nas minas gerais, é significativo que, em sua totalidade, prescindiam de moagem, por conseguinte de uma técnica sensivelmente estranha aos usos tradicionais e indígenas de tratamento do cereal. Alguns desses produtos dispensavam, aliás, qualquer trituração prévia do grão, como era o caso do milho verde, que se come assado e ainda em espiga, ou o das pipocas, também chamadas ‘escolhido da brasa’, de que, segundo o citado anônimo, ‘usavam muito os paulistas’.

[...]

Mas o milho verde, por sua vez, dava o curau que se fazia com auxílio do pilão, socando os grãos ainda em leite e cozendo-os. Do bagaço, amassado e posto embaixo das cinzas do fogão, faziam-se ainda as pamonhas. (HOLANDA, 1995, p. 182).

Esse “projeto de trabalho” nos espaços de EJA do “território caipira”, tem por horizonte a ideia de “acupuntura” territorial (Cf. Lerner, 2003). O autor defende a ideia de se fazer intervenções pontuais no território, a fim de que se possa desencadear reações positivas no entorno e estimular transformações por todo o território, com isso resgatando a identidade cultural de um local ou comunidade. Lerner (2003) afirma que a “acupuntura” é uma centelha que inicia uma ação e a subsequente propagação desta ação.

A pesquisadora Garcia (2012) se apropria da ideia de “acupuntura” agregando o conceito de “ecoturística”.

A autora defende intervenções pontuais em um ambiente de preservação ambiental com o objetivo de estimular reações positivas no entorno, contribuindo para a educação ambiental, preservação das tradições culturais, e gerando uma alternativa econômica para as populações locais. Garcia (2012) estuda o município de Guaraqueçaba - PR, região de preservação localizada em uma área com diversas legislações restritivas. A autora busca apresentar propostas para o desenvolvimento do ecoturismo local, a partir do uso de projetos pontuais que possibilitem o desenvolvimento da região, comunidade local e preservação ambiental. Cabe destacar que o autor é formado em arquitetura e urbanismo, dominando os diversos códigos do planejamento territorial.

A ideia é utilizar os assentamentos de reforma agrária do “território caipira” como foco de intervenção pontual de uma “acupuntura territorial” e propagar esta ação para as demais cidades que compõem o território rural “noroeste paulista – SP”. As cidades, os assentamentos de reforma agrária e o número de famílias que estão presentes na região noroeste do estado de São Paulo são os seguintes (cidade em negrito, assentamento e número de famílias): **1. Promissão:** Assentamento Reunidas (636) e Dandara (203); **2. Guarantã:** Antonio Conselheiro (151) e Pasto do Planalto (27); **3. Presidente Alves:** Palmares (31), São Francisco (28) e Batalha (07); **4. Cafelândia:** Cafezópolis (03); **5. Brejo Alegre:** Salvador (20) e São José (48); **6. Araçatuba:** Chico Mendes (267), Hugo Silveira (60) e Araçá (80); **7. Getulina:** Simon Bolívar (42) e **8. Pirajuí:** Vitória (10), no total de 1610 famílias.<sup>2</sup>

Os assentamentos de reforma agrária são hoje uma importante dimensão da questão agrária no Brasil. Os assentamentos de reforma agrária brasileiros são conquistas de intensas lutas promovidas pelos trabalhadores rurais e desempenham um papel fundamental no espaço rural brasileiro devido: (1) à contribuição social e econômica que podem gerar com a produção de emprego; (2) à diminuição do êxodo rural; (3) ao aumento na oferta de alimentos; (4) ao incremento da produção agropecuária; (5) à elevação do nível de renda, com conseqüente melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais sem terra.

Conforme Leite (2012, p. 110) nos mostra, a emergência dos “assentamentos rurais” no cenário da questão agrária brasileira foi um dos fatos marcantes que caracterizam o período que vai da década de 1980 até os dias atuais. Com os assentamentos, ganharam projeção também os seus sujeitos diretos, isto é, os “assentados rurais”, bem como os movimentos e as organizações que, em boa parte dos casos, garantiram o apoio necessário para que o esforço despendido ao longo das mais diversas lutas resultasse na constituição de projetos de Reforma Agrária. Assim, segundo o autor, em diferentes situações, um número expressivo de trabalhadores participou de processos de ocupação de terra, deixando de ser acampados para se tornarem, num momento seguinte, assentados. Em documento oficial de meados da década de 2000, o Estado brasileiro definiu o projeto de assentamentos da seguinte maneira:

[...] um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas

---

<sup>2</sup>Dados obtidos através da Associação de Comunicação, Cultura, Esporte e Produção do Assentamento Reunidas (Accepar) em Promissão – SP (Cf. ACCEPAR, 2014).

ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares. (BRASIL, 2004, p. 148).

Os assentamentos rurais, conforme nos mostra Bergamasco e Norder (1996), são estratégicos no quadro das transformações da questão agrária brasileira. Embora ainda com número limitado e com uma grande população demandante por terra, fazem parte de uma nova forma de integração da população rural, num contexto de redistribuição da propriedade fundiária partindo da transferência da população beneficiária e, conseqüentemente, sua readaptação num novo espaço de vida e de trabalho.

Ainda segundo os autores, os assentamentos rurais são um local privilegiado de novas experiências tecnológicas, pouco rentáveis em termos contábeis de empresas capitalistas, mas perfeitamente rentáveis, em termos da economia familiar dos agricultores. A “agricultura familiar” desempenha um importante papel no desenvolvimento brasileiro tornando-se o centro do debate sobre reforma agrária. O assentamento rural é uma das formas objetivas de se fazer uma reforma agrária, segundo defendem Bergamasco e Norder (1996, p. 7), “os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”.

Enfim, no contexto da reforma agrária brasileira, o termo assentamento rural está relacionado a um espaço preciso em que uma população será instalada e, portanto, uma transformação do espaço físico, cujo objetivo é a sua exploração agrícola. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária. Aliado a isto, está o fortalecimento e ampliação da “agricultura familiar”, que consiste na exploração de uma parcela de terra, tendo como trabalho direto a mão de obra familiar. Passamos as considerações sobre a EJA no território caipira.

## **6. Educação de jovens e adultos (EJA) no território caipira**

O objetivo, do ponto de vista da extensão, é a educação de jovens e adultos (doravante, EJA) no “território caipira”, especialmente das mulheres. Nos espaços de EJA, conforme aponta Dantas (2013), é relevante que se trabalhe os “saberes tradicionais” dessas populações, especialmente das mulheres. Segundo a autora, é primordial que as informações sobre as habilidades e competências dessa comunidade envolvam reflexão, tanto individual como coletiva, pois é esse exercício que permitirá às mulheres e aos homens se reconhecerem como sujeitos do seu contexto social e cultural, os quais, com essa certeza, poderão ser capazes de desenvolver novas relações de inclusão produtiva e

a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais.

Diante desse contexto, o trabalho em andamento procura integrar os saberes e analisar a complexidade desses saberes, especialmente das mulheres que constroem conhecimentos e os repassam de geração a geração. Para tanto, é utilizada a experiência de EJA desenvolvida no âmbito do “Projeto Unesp de Educação de Jovens e Adultos” (doravante, Peja - Unesp). O Peja - Unesp foi criado na Unesp no ano de 2000, na época, vinculado ao Programa Unesp de Integração Social Comunitária, da Pró-Reitoria de Extensão Universitária – PROEX, com o objetivo de estabelecer uma política pública para a educação de jovens e adultos, buscando parcerias comunitárias locais e visando à contribuição de recursos para a formação de cidadãos/leitores críticos e participativos, bem como a de professores com a visão de “educadores populares”. Atualmente o Peja é desenvolvido em oito campus da Unesp (Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto) contando com recursos humanos e materiais da Pró-Reitoria de Extensão Universitária – PROEX para o desenvolvimento de seus trabalhos (Cf. Villela; Tenani e Silva, 2014).

Do ponto de vista do trabalho docente, será utilizado um “projeto de trabalho” (Cf. Kaspchak; Gasparin, 2013). Optou-se pelas possibilidades metodológicas do trabalho com projetos, devido à riqueza de material acumulado sobre EJA em comunidades rurais. Dentre as diversas opções de trabalho com projetos, destaca-se: “projetos de ensino”, “projetos de trabalho”, “projetos da aprendizagem”, “temas geradores”, “metodologia do complexo temático”, entre outros (Cf. Hernández e Rodrigues, 1998). Dessa forma, as metodologias de trabalho com projeto permitem maior flexibilidade de estratégias ao professor e maior liberdade ao educando, viabilizando uma aprendizagem que de fato corresponda às reais necessidades da comunidade.

Somado a essas duas experiências metodológicas (o Peja - Unesp e o “Projeto de Trabalho”), é utilizada a desenvolvida em Villela (2014), especificamente o projeto de extensão: Centro Virtual de Estudos e Culturas do Mundo Rural. Essa ferramenta foi desenvolvida como recurso didático e ferramenta no ensino de sociologia para os alunos do curso de pedagogia da Unesp de São José do Rio Preto (SP), doravante Rio Preto, e estendido, posteriormente, para escolas que manifestaram interesse em desenvolver tópicos da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Esse trabalho utiliza a metodologia de blog, um *website* frequentemente atualizado, por meio do qual os conteúdos aparecem em ordem cronológica inversa. Podem conter textos, imagens, áudios, vídeos e animações. Esta metodologia possibilita a disseminação do conhecimento produzido pela universidade na internet gratuitamente. A comunidade se relaciona através dos conteúdos, possibilitando a transmissão de informação, fazendo da web um espaço de leitura, escrita, participação e reflexão.

O blog de aula, por exemplo, foi utilizado como uma ferramenta do Peja - Rio Preto em um dos trabalhos desenvolvidos no Centro de Convivência do Idoso, doravante CCI. No Peja – Rio Preto do CCI, o foco central foi o desenvolvimento de práticas de letramento/escrita no contexto da tecnologia digital (Cf. Komesu; Tenani, 2010). Nesse sentido, os jovens, adultos e idosos puderam adquirir conhecimentos básicos de

informática (*word, internet, facebook, blogs, etc.*).<sup>3</sup> Além do desenvolvimento de práticas de letramento/escrita em contexto da tecnologia digital, os objetivos do Peja - Unesp são: preparar os alunos para: ler e escrever na Língua Materna (LM); empregar, com discernimento, o sistema de numeração decimal e as operações fundamentais na resolução de problemas do dia-a-dia; conhecer os direitos, deveres e leis que regem o mundo do trabalho; desenvolver noções de saúde física, psicológica e mental; discutir questões relativas à preservação do meio ambiente. O trabalho do Peja – Rio Preto no CCI configura-se como uma parceria entre a Unesp e a Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Preto<sup>4</sup> e tem por objetivos gerais inserir a população da terceira idade<sup>5</sup>, no processo de inclusão digital, considerando as necessidades impostas por uma sociedade tecnológica. Passamos às considerações finais.

## 7. Considerações finais

Conforme exposto acima, este trabalho se propõe a desenvolver ações para a inclusão produtiva das mulheres do “território caipira”, segundo a metodologia de projetos (Cf. o subitem 6. Educação de jovens e adultos (EJA) no “território caipira”). A metodologia de projetos tem como fundamento a compreensão da aprendizagem como ato dinâmico, compartilhado e processual e que envolve colaboração, cooperação, reciprocidade, coordenação, divisão de tarefas, solidariedade, respeito às diferenças, etc. A opção teórico-metodológica é pelo “projeto de trabalho” (Kaspchak; Gasparin, 2013). Em conformidade com esta metodologia, estão sendo trabalhadas algumas possibilidades do tema intitulado: “território caipira: uma civilização do milho”.

Este trabalho em andamento tem a sua justificativa alicerçada nas seguintes razões: (1) a inclusão produtiva das mulheres e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, especialmente da região noroeste paulista, considerando as práticas da economia solidária; (2) o desenvolvimento de ações de inclusão produtiva e de agricultura familiar, com vistas à participação das mulheres e fortalecimento das suas organizações econômicas, contribuindo para a inclusão produtiva e para o desenvolvimento sustentável e solidário do território, em nosso caso o “território caipira”.

Nesse caso, optou-se pela valorização de produtos territoriais com identidade cultural, isto é, o milho, especialmente o crioulo “Cunha”, melhorado a partir das experiências e aprendizado dos povos, que sempre o cultivaram para garantir a sobrevivência. Trata-se de alternativas para manter conhecimentos e sementes livres do patenteamento pelas grandes empresas da produção de sementes, relacionado aos “saberes tradicionais” (Cf. Campos, 2010). As sementes crioulas podem ser adquiridas através de “feiras da troca”. O autor organizou na região o “1º Encontro de Agroecologia

---

<sup>3</sup> Para o desenvolvimento das temáticas relacionadas ao internetês, o projeto contou com a colaboração das professoras Dras. Fabiana Komesu e Luciani Tenani, ambas do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários.

<sup>4</sup> Essa parceria foi firmada por meio de “termo aditivo” ao convênio em vigor entre a Unesp e a Prefeitura Municipal de Rio Preto, desenvolvido por meio da equipe do Peja – Rio Preto, a partir de 2013.

<sup>5</sup> A população é cadastrada no Centro de Referência da Assistência Social (CRASS) para ser selecionada para frequentar o CCI – Rio Preto, localizado na Av. Philadelpho Manoel Gouveia Neto, 785, Vila Novaes, zona norte da cidade.

de São José do Rio Preto e Região” e a “4º Feira Estadual de Saberes, Sabores e Sementes” (Cf. Villela et al., 2013). O milho utilizado e distribuído aos parceiros deste trabalho é o milho crioulo “Cunha”, variedade preservada pelos produtores do município de Cunha, estado São Paulo, os quais estão resgatando uma antiga tradição do milho. Os agricultores de Cunha (SP) resgataram uma antiga tradição do milho na cidade, em contraposição à tecnologia transgênica do milho, no sentido de “conhecer, compartilhar, resistir, pesquisar e semear, a nossa real e absoluta independência” (Cf. Blanco, 2013). A justificativa é desenvolver ações para a inclusão produtiva das mulheres do “território caipira” através da valorização de produtos locais.

Conforme apresentamos no subitem “5. História e saberes tradicionais das mulheres no território caipira” e tendo em vista a ideia de que é possível apreender, a partir da alimentação, uma multiplicidade de informações sobre os mais diversos aspectos da existência humana, este trabalho investiga algumas práticas alimentares dos habitantes do “território caipira”. Pretendemos, de maneira mais específica, estudar o papel desempenhado pelo milho na alimentação do “território caipira”. Ou seja, a partir do estudo dos hábitos e técnicas envolvidos nos usos e processamentos deste produto, visamos aprofundar nosso conhecimento em torno dos significados econômicos e culturais da chamada “civilização do milho”, conforme Sérgio Buarque de Holanda (Cf. Holanda, 1995, p. 181-189), com vistas à inclusão produtiva das mulheres do “território caipira”.

No momento os parceiros de trabalho estão na fase de constituição do banco de sementes e troca das sementes do milho crioulo “Cunha”, de modo a evitar que esse milho desapareça e ainda existam sementes dessa cultura para plantio. Os “bancos de sementes” são uma opção para os agricultores familiares/parceiros que desejam ser independentes em relação às empresas produtoras de sementes, produzindo suas próprias sementes de qualidade e conservando as sementes nativas, conhecidas como sementes “crioulas” (Cf. Saravalle, 2010). O trabalho segue a ideia de “acupuntura territorial”, conforme exposto no item (5) História e saberes tradicionais das mulheres no território caipira.

A ideia, a seguir, é explorar na bibliografia, como os parceiros, a indispensabilidade deste alimento, a partir de Holanda (1995) e demais autores que trabalharam com a ideia de “civilização do milho”: Almeida (1981), Alvim (1986), Amaral (1955), Bruno (1977), Candido (2001), Florençano (1992), Machado (1978), Moura (1999), Ramos (2001), Schmidt (1967), Setubal (2004) e Spix e Von Martius (1976). Algumas questões deverão ser colocadas tais como: será que o milho tem ainda um papel fundamental na produção e no consumo do “território caipira”, a ponto de ser visto como uma particularidade de sua cozinha? E se tem esse papel, ele se mantém? É a partir desses questionamentos iniciais que iremos elaborar nossa proposta de complexo temático. A problemática norteadora do nosso complexo temático surge do diálogo com a historiografia, fundamentando-se em pesquisas anteriormente realizadas.

Essa temática será trabalhada em um ambiente de EJA, conforme Brasil (2000). A EJA engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, no qual pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. No ambiente de EJA, as situações reais devem constituir o núcleo da organização da proposta pedagógica a ser desenvolvida. Para tanto, o desafio da EJA é integrar em sua organização curricular o trabalho e a elevação de escolaridade. A partir dessas ideias iniciais, o “arco ocupacional”

a ser trabalhado é a produção rural familiar e a qualificação social e profissional. O resultado desse trabalho é a articulação dos saberes dos educandos com as diferentes áreas do conhecimento, possibilitando a vivência de novos valores, o desencadeamento de ações coletivas, bem como a elevação de escolaridade associada à qualificação social e profissional, possibilitando novas aprendizagens aos educandos.

## 8. Referências

ACCEPAR. Associação de Comunicação, Cultura, Esporte e Produção do Assentamento Reunidas (Accepar), Promissão – SP. **Assentamentos de reforma agrária do noroeste paulista**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <fabio@fabiofernandesvillela.pro.br> em 12 jan. 2014.

ALMEIDA, Aluísio de. **Vida e morte do tropeiro**. São Paulo: Martins; Edusp, 1981.

AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. São Paulo: Anhembi Limitada, 1955.

ALVIM, Zuleika. **Brava gente: os italianos em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BERY, Martha Gelis. **La cultura ambiental y el promotor cultural: una mirada necesaria en la comunidad “El Tivoli” en Santiago de Cuba**. Santiago de Cuba: Universidad de Oriente, 2009. 80 p. Dissertação (Master en Desarrollo Cultural Comunitario) – Programa de Pós-graduação em Desarrollo Cultural Comunitario, Facultad de Humanidades, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, 2009.

BLANCO, Oliver H. N. Milho crioulo “Cunha”. **Blanco agricultura: consultoria e acompanhamento técnico para o envolvimento dialógico da agricultura orgânica no Brasil**. Net, Araçatuba-SP, 2013. Disponível em: <<http://oextensionista.blogspot.com.br/2013/05/milho-crioulo-cunha.html#.Vl6-hr9yzQ9>>. Acesso: 02 dez. 2015.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, mundialização e espiritualidade: a emergência de um novo paradigma**. São Paulo: Ática, 1993.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Não verás país nenhum: memorial descritivo**. Rio de Janeiro: Codecri, 1984.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Decreto nº 6.040, de 07 fev. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/developmento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais>>. Acesso em: 15 mai 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Instrução normativa Incra nº 15, de 30 de março de 2004. **Diário Oficial da União**, n. 65, seção 1, p. 148, 5 abr. 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer nº 11 aprovado em 10 de maio de 2000.

BERGAMASCO, S.; NORDER, L. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRUNO, Ernani da Silva. **O equipamento da casa bandeirista segundo os antigos inventários e testamentos**. São Paulo: PMSP/SMC/DPH, 1977.

CAMPOS, A. V. Sementes de vida: pesquisa e propriedade intelectual. In: **V Congresso Internacional de Educação**, 2007, São Leopoldo. Unisinos. São Leopoldo - RS: Unisinos, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2001.

CÁRDENAS, Eliana. Por una teoría para transformar el ambiente. *Arquitectura y Urbanismo*, vol. XXIII, n. 3, ISPJAE, La Habana, 2002, p. 8-15.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999, p. 59-97.

CRUZ, Roxana. **Ruta crítica para el desarrollo de las percepciones como indicador de la cultura ambiental comunitaria**. Santiago de Cuba: Universidad de Oriente, 2002. 120 p. Dissertação (Master en Desarrollo Cultural Comunitario) – Programa de Pós-graduação em Desarrollo Cultural Comunitario, Facultad de Humanidades, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, 2002.

CRUZ, R.; ROMERO, E.; HERNÁNDEZ, M. Educación ambiental y cultura: su convergencia en la construcción simbólica de la naturaleza. **Revista Educación Ambiental para el Desarrollo Sostenible**. Paris: UNESCO, 2007.

DANTAS, Vanda M. C. S. Educação dos pescadores: saberes formais na educação de jovens e adultos versus tradicionais nas comunidades. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v.1, n. 2, p. 53-60, fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Nas marés da vida**: histórias e saberes das mulheres marisqueiras em Natal – RN. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Xavier de Almeida. Programa de Pesquisa e Pós- Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DIEGUES, Antonio C. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 1999.

FERNANDES, B. M. Território camponês. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 746-750.

FLORENÇANO, Paulo C.; ABREU, Maria M. de. **A culinária tradicional do Vale do Paraíba**. Taubaté/São Paulo: Fundação Nacional do Tropeirismo/Centro Educacional Objetivo, 1992.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte**. Territorios com identidad cultural. Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural - Rimisp, Anais do Seminário Rimisp 20º Aniversário, 2006. 46 p. Disponível em: <www.rimisp.org>. Acesso em: 30 jun. 2014.

FOSTER, J. B. e CLARK, B. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. In: PANITCH, L. e LEYS, C. (Org.). **O novo desafio imperial**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GARCIA, Paula H. da C. **Acupuntura ecoturística em área de proteção ambiental**: o caso de Guaraqueçaba, Paraná. São Paulo: Annablume, 2012.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. Etc..., espaço, tempo e crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**. [En línea]. Rio de

Janeiro: Universidade Federal Fluminense, agosto de 2007, vol. 1. n° 2. Disponível em: <[http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007\\_2\\_4.pdf](http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf)>. Acesso em 30 jun 2014.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do encontro de geógrafos da América Latina**, n. 1, São Paulo, 2005. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 30 jun 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

HERNÁNDEZ, F.; RODRIGUES, J. H. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HOLANDA, Sérgio B. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IRIZARRI, Lino S. **El desarrollo de una cultura ambiental en el contexto comunitario de Cuba**. 2010. Universidad de Granma, Jiguaní, Cuba. Centro de Trabajo: Sede Municipal Universitaria. Disponível em: <[www.monografia.com](http://www.monografia.com)>. Acesso em: 30 jun. 2014.

KASPCHAK, M.; GASPARIN, J. L. **Projeto de trabalho docente-discente**: uma expressão da práxis. Seminário de Pesquisa do PPE, Universidade Estadual de Maringá. Net, Maringá, 2013. Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2013/trabalhos/co\\_02/62.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2013/trabalhos/co_02/62.pdf)>. Acesso em 02 dez. 2015.

KOMESU, Fabiana C.; TENANI, Luciani E. Práticas de letramento/escrita em contexto da tecnologia digital. **Eutomia** (Recife), v. 1, p. 1-15, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 120 p.

LEITE, Sergio, P. Assentamentos rurais. In: **Dicionário da educação do campo**. Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 110-113.

LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época; v. 125).

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

MARCUSE, Herbert et ali. **Ecologia contra poluição**. Lisboa: Dom Quixote, 1973.

MARINS, P. C. G. A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: SETUBAL, Maria Alice (Org.). **Modos de vida dos paulistas**: identidades, famílias e espaços domésticos. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária / CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. v. 2. p. 1-3.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In MARQUES, M.; I. M.; OLIVEIRA, A. U. (Org). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e da construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela: Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

\_\_\_\_\_. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB**. Dissertação de mestrado orientada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994. 153 p.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOURA, Carlos E. M. de (Org.). **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial/UNESP, 1999.

NOROESTE Paulista. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Noroeste\\_Paulista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Noroeste_Paulista)> Acesso em: 12 ago 2014.

PÉREZ-RUBIO, Carlos V. **El diseño ambiental en nuestra América**: colonización o liberación. Archipiélago. Revista cultural de nuestra América. México, v. 11, n. 41, 2003. p. 54-57.

\_\_\_\_\_. **Y el perro ladra y la luna enfria**. Fernando Salinas: diseño, ambiente y esperanza. México: UNAM, UAM-A, UIA, 1994.

QUESADA, Magda de. **La cultura ambiental comunitaria**: un reto de la integración escuela-comunidad. Santiago de Cuba: Universidad de Oriente, 2002. 125 p. Dissertação (Master en Desarrollo Cultural Comunitario) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Cultural Comunitario, Facultad de Humanidades, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, 2002.

RAMOS, Regina Helena de Paiva. **A cozinha paulista**. São Paulo: Melhoramentos, 2001.

SALINAS, Fernando. La cultura ambiental de nuestra América. **Arquitectura y Urbanismo**, vol. 13, n. 2, ISPJAE, La Habana, 1992. p. 25-32.

\_\_\_\_\_. **De la arquitectura y el urbanismo a la cultura ambiental**. Guayaquil: Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Guayaquil, 1988.

SANTOS, C. R. A. dos. A comida como lugar de história: as dimensões do gosto. História: **Questões & Debates**, Curitiba, n. 54, p. 103-124, jan./jun. 2011.

SARAVALLE, Caio Y. Banco de sementes: estratégia de resistência camponesa na (re) produção e manutenção da vida e da agrobiodiversidade. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2010.

SCHMIDT, C. B. **O milho e o monjolo aspectos da civilização do milho**. Técnicas, utensílios e maquinaria tradicionais. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1967.

SETUBAL, Maria Alice (Org.). **Coleção Terra Paulista**: histórias, arte, costumes. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária/CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 3v.

SPIX, Johann Baptist e VON MARTIUS, Carl. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. 3a ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

VILLELA, F. F.; TENANI, L. E.; SILVA, C. L. F. da. O Programa Unesp de Educação de Jovens e Adultos. In: AZEREDO-OLIVEIRA, M. T. V. de. **Livro de resumos dos projetos de extensão do câmpus de São José do Rio Preto (UNESP/IBILCE)**. São José do Rio Preto: UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto, 2014.

VILLELA, F. F.; COSTA, F. S. Os caipiras e suas representações: estudo sobre o preconceito contra a origem geográfica e de lugar em jovens de escolas de meio rural para a formação de professores em educação do campo In: BEZERRA, L. (Org.). **Anais do II Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo e IV Jornada de Educação Especial no Campo**. São Carlos - SP: Editora da Ufscar, 2013. v.1. p.1 – 15.

VILLELA, F. F. Novas ruralidades e mundo do trabalho: estudo das representações sociais de jovens de escolas de meio rural através do uso de mídias sociais. 2013-2015. **Projeto de Pesquisa do Plano Global de Atividades**. Departamento de Educação, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

\_\_\_\_\_. **Centro virtual de estudos e culturas do mundo rural**. Projeto de Extensão. Pró-Reitoria de Extensão da Unesp – Proex. Net, São José do Rio Preto – SP, 2014. Disponível em: <<http://www.cecmundorural.com.br/>>. Acesso em 27 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. et al. **1º Encontro de Agroecologia de São José do Rio Preto e Região e a 4ª Feira Estadual de Saberes, Sabores e Sementes**. 2013. (Organização de evento). Site do evento disponível em: <<http://www.raisp.com.br/>>. Acesso em 01 jul 2014.

\_\_\_\_\_. **A escola da justiça global**. 2009-2010. Supervisão: Prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup>. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini. Monografia (Pós-Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, 1990, n. 87, p. 11-69.